



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012		
Faxinal-Pr, segunda-feira, 16 de outubro de 2017	Ano VI Edição nº 163/2017	Pág. 1
ATOS DO PODER EXECUTIVO		

Diário Oficial Eletrônico do Município de Faxinal

Lei Municipal nº 1549/2012, 07 de março de 2012

Ylson Alvaro Cantagallo

Prefeito Municipal

Departamento Municipal de Licitação e compras

Sector responsável pela edição, publicação e assinatura digital

Avenida Brasil, 694, centro

CEP: 86840-000

Fone: (43) 3461-1332

Faxinal - PR

Email: diariooficial@faxinal.pr.gov.br

Site: www.faxinal.pr.gov.br

LICITAÇÃO

DECRETO Nº 7318/2017

SÚMULA: Define os Modelos de Documentos Fiscais Eletrônicos utilizados pelos Prestadores de Serviços Pessoa Jurídicas e Profissionais Autônomos, disciplina a emissão dos mesmos e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Art.73 da Lei Orgânica do Município, com fulcro no disposto na Lei Municipal nº 1.185/2006, DECRETA:

Capítulo I

DO SISTEMA ELETRÔNICO DE GERENCIAMENTO DE DADOS

Artigo 1º - Fica instituído no Município de Faxinal, o sistema eletrônico de gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 2º - Ficam definidos os seguintes modelos de notas fiscais de uso obrigatórios pelos prestadores de serviços:

- I - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);
- II - Recibo Provisório de Serviços - (RPS);

Artigo 3º - Ficam definidos os seguintes modelos de declarações fiscais de uso obrigatórios pelos prestadores de serviços:

- I - Declaração Mensal de Serviços Prestados Eletrônica DMSP-e;
- II - Declaração Mensal de Serviços Tomados Eletrônica DMST-e;
- III - Declaração Mensal de Serviços Prestados por instituição financeira.

SEÇÃO I

DA SENHA DE ACESSO AO PORTAL "TRIBUTOS WEB"

Artigo 4º - Qualquer acesso ao Software de que se trata este decreto será efetuado obrigatoriamente por intermédio de senhas de acesso geradas randomicamente pela Prefeitura de Faxinal que será enviada automaticamente para o e-mail registrado no ato do cadastro.

§ 1º O uso indevido da "SENHA DE ACESSO" do Software será de total e inteira responsabilidade de seu portador.

§ 2º O acesso ao sistema será unicamente por CPF, independentemente da classificação econômica do contribuinte.

§ 3º A seu critério a Prefeitura Municipal de Faxinal poderá autorizar o acesso ao Sistema via certificado digital e-CPF em substituição a "SENHA DE ACESSO".

§ 4º Para criar a "SENHA DE ACESSO" o contribuinte deverá acessar o Portal Tributos Web e criar acesso para a Área Restrita.

§ 5º O acesso ao cadastro mobiliário e imobiliário estabelecido será efetuado por meio do CPF do sócio administrador da empresa e no caso de cadastro mobiliário não estabelecido, o acesso será efetuado pelo CPF do responsável legal.

§ 6º O administrador, detentor do acesso principal à empresa estabelecida poderá habilitar usuários secundários, desde que os mesmos possuam cadastro a Área Restrita do Portal Tributos Web no Município.

SEÇÃO II

DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Artigo 5º - Os contribuintes prestadores de serviços estabelecidos ou não estabelecidos pessoa jurídica ou física, os responsáveis tributários que obrigados a utilizar o sistema eletrônico de gerenciamento deverão efetuar a atualização do cadastro mobiliário municipal.

§ 1º Os contribuintes mencionados no "caput" deste artigo deverão proceder a atualização do cadastro mobiliário municipal, via internet, através do Portal Tributos Web.

§ 2º A atualização do cadastro mobiliário deverá ocorrer até a data de 31/12/2017.

§ 3º O não atendimento do disposto no caput deste artigo implicará na aplicação das penalidades previstas no Art. 411 e seguintes da Lei Municipal nº 1.185/2006.

§ 4º A classificação dos contribuintes prestadores de serviços dar-se-á pelo CNAE vinculados a lista de serviços constante no Anexo II deste Decreto.

SEÇÃO III

DO CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO

Artigo 6º - Os prestadores de serviços, pessoa jurídica ou física, obrigados à emissão de NFS-e, os responsáveis tributários ou contribuintes que queiram utilizar o regime especial em lote, devem solicitar o agendamento para credenciamento e habilitação, e comparecer na Secretaria de Finanças do Município de Faxinal, para serem válidos presencialmente, credenciados e habilitados para utilização do Software.

§ 1º O não comparecimento para validação presencial do credenciamento e habilitação de que trata o caput deste artigo acarretará na aplicação das penalidades previstas no Artigo 411 e seguintes do Título VII da Lei Municipal nº 1.185/2006.

§ 2º O credenciamento e habilitação para desbloqueio das opções na Área Restrita do Portal Tributos Web serão efetuados mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Termo de Agendamento para credenciamento e habilitação protocolizado, será emitido por meio eletrônico no site da Prefeitura Municipal de Palmeira, no endereço eletrônico: www.faxinal.pr.gov.br acesse o PORTAL TRIBUTOS WEB.

II - Cópia e original do CPF, do Documento de Identificação do sócio administrador ou representante legal e dos atos constitutivos da pessoa jurídica (contrato social, requerimento do empresário, certificado de Micro Empreendedor Individual ou Estatuto Social);

III - No caso de Procurador: original ou cópia autêntica da procuração pública ou particular com firma reconhecida, acompanhada da via original do CPF e de Documento de Identificação do outorgado.

IV - Os documentos citados nos itens I, II e III do § 2º deste artigo poderão ser enviados pelo Portal Tributos Web em formato PDF.

§ 3º Após deferida a habilitação e credenciamento a Secretaria de Finanças, emitirá termo de habilitação e comunicará aos interessados, por e-mail, a deliberação sobre a autorização.

SEÇÃO IV

DO REGIME ESPECIAL PARA EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS EM LOTE

Artigo 7º - O contribuinte poderá solicitar à Fiscalização Municipal, o regime especial para emissão de documentos fiscais em lote.

§ 1º A utilização do regime especial poderá ser feito através da integração do software de gestão comercial do contribuinte com o software de emissão de notas fiscais eletrônicas do Município de Faxinal.

§ 2º O Fisco se reserva no direito de deferir o regime especial para emissão de documentos fiscais em lote, de forma manual, sem utilização de softwares.

§ 3º O Fisco emitirá autorização especial para emissão manual de documentos fiscais através do regime especial.

§ 4º O Fisco Municipal poderá autorizar a utilização dos seguintes modelos de documentos fiscais através do regime especial:

- I - Nota Fiscal Conjugada (MISTA);
- II - Nota Fiscal Série Única;
- III - Nota Fiscal Série A;
- IV - Nota Fiscal Série Cupom.

§ 5º O Fisco Municipal somente poderá autorizar a utilização dos modelos de documentos fiscais citados no parágrafo anterior no regime especial caso constatada a impossibilidade de utilização de meios tecnológicos tais como: acesso a internet.

Artigo 8º - A solicitação deverá ser efetuada conforme disposto no art. 4º, deste decreto. Se o regime especial solicitado for nos moldes que trata o § 1º do art. 7º será necessária a homologação da integração do software utilizado pelo contribuinte com o software, de que se trata este decreto.

Parágrafo único. A homologação será deferida se o software de gestão comercial do contribuinte atingir os requisitos mínimos dos testes do software de notas fiscais de serviços do município.

Artigo 9º - O contribuinte deverá homologar seu software dentro do prazo de 30 (trinta) dias após a solicitação do pedido, a não homologação acarretará no indeferimento do pedido.

SEÇÃO V

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-e)

Artigo 10º - Fica instituída no Município de Faxinal, para os prestadores de serviços pessoa jurídica ou física, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

Artigo 11º - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é o documento fiscal emitido, assinado com certificação digital ICP-BRASIL e armazenado eletronicamente em software próprio do Município de Faxinal, com o objetivo de materializar os fatos geradores do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, por meio do registro das operações de prestação de serviços sujeitas ao referido imposto.

Artigo 12º - A NFS-e, a ser emitida, conterá as seguintes informações:

- I - Número sequencial;
- II - Data e hora da emissão;

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, segunda-feira, 16 de outubro de 2017

Ano VI Edição nº 163/2017

Pág. 2

ATOS DO PODER EXECUTIVO

III - Código de verificação de autenticidade;

IV - Código de barras;

V - Identificação do prestador de serviços, com:

a) Nome ou razão social;

b) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) Endereço e telefone;

d) Descrição Nacional da Atividades Econômicas - CNAE.

I - Identificação do tomador de serviços, com:

a) Nome ou razão social;

b) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) Endereço e telefone;

d) "E-mail";

e) Descrição Nacional das Atividades Econômicas - CNAE.

I - Discriminação dos serviços, definidos na lista anexa a Lei Complementar nº 116/2003;

II - Valor total da NFS-e;

III - Valor da dedução, se houver;

IV - Valor da base de cálculo, alíquota aplicável (%) e valor do ISSQN;

V - Indicação de imunidade ou de isenção relativas ao ISSQN, quando for o caso;

VI - Indicação de serviço não tributável pelo Município de Faxinal, quando for o caso;

VII - Indicação de retenção de ISSQN na fonte, quando for o caso;

VIII - Indicação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso;

IX - Indicação de opção pelo MEI (Microempreendedor Individual) se for o caso;

X - Outras indicações previstas na legislação tributária municipal e federal;

XI - Indicação para consulta de autenticidade.

§ 1º O número da NFS-e será gerada eletronicamente pelo Software, em ordem crescente sequencial, a partir do número 1 (um) e será específico para cada estabelecimento prestador de serviços.

§ 2º A identificação do tomador de serviços pessoa jurídica é obrigatória.

§ 3º A identificação do e-mail do tomador de serviços, de que trata a alínea "c" do inciso V deste artigo, é opcional.

§ 4º A identificação do tomador de serviço pessoa física é opcional.

Artigo 13º - A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é obrigatória para todos os prestadores de serviços estabelecidos no Município

§ 1º O início da obrigação da emissão da NFS-e dar-se-á de forma gradual e por serviços, na forma do cronograma constante no Anexo I.

§ 2º Na hipótese do contribuinte se enquadrar em mais de uma atividade de prestação de serviços constante do Anexo I deverá adotar, para todas as atividades, para efeito da obrigação de que trata o parágrafo anterior, a primeira data prevista para suas atividades.

§ 3º Os prestadores de serviços que ainda não estiverem cadastrados a emitir NFS-e, conforme cronograma constante no Anexo I, deverão emitir a Nota Fiscal de Serviços de acordo com a legislação vigente.

§ 4º Independentemente do disposto no "caput" deste artigo, o contribuinte poderá solicitar a autorização para o uso da NFS-e.

§ 5º A opção de que trata o disposto no § 4º deste artigo, uma vez deferida, será irrevogável por parte do contribuinte. A NFS-e será emitida online, por meio da Internet, no endereço eletrônico: www.faxinal.pr.gov.br acessando a TRIBUTOS WEB.

§ 6º O contribuinte obrigado a emitir NFS-e, assim como os que fizerem opção pela emissão, deverão emití-la no ato de entrega ou término do serviço, com as especificações necessárias à apuração do referido imposto.

§ 7º A NFS-e emitida deverá ser impressa em via única a ser entregue ao tomador de serviços ou poderá ser enviada por e-mail ao tomador de serviços por sua solicitação.

§ 8º O tomador de serviços poderá consultar a autenticidade da NFS-e através do endereço eletrônico citado no caput deste artigo.

SEÇÃO VI DO CANCELAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Artigo 14º - A NFS-e poderá ser cancelada por meio do sistema emitente, antes da entrega da declaração mensal de serviços correspondente tanto pelo prestador quanto pelo Tomador.

Parágrafo único. Após a entrega da declaração mensal de serviços, a NFS-e somente poderá ser cancelada por autorização do Fisco municipal, a ser concedida em processo administrativo, por solicitação do contribuinte.

Artigo 15º - A NFS-e emitida poderá ser substituída nos seguintes casos:

§ 1º Quando houver erro no seu preenchimento e o imposto correspondente a nota fiscal, substituída já houver sido pago.

§ 2º O imposto pago da NFS-e substituída será aproveitado para a NFS-e emitida em substituição.

§ 3º Não será aceita a substituição de NFS-e para fins de mudar o tomador do serviço.

§ 4º A NFS-e poderá ser substituída se o valor correspondente ao serviço for igual ou maior.

§ 5º Quando a Declaração Mensal de Serviços já estiver sido entregue.

Artigo 16º - As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio do Município enquanto não transcorrer o prazo prescricional.

Parágrafo único. Após transcurso do prazo previsto no "caput" deste artigo, a consulta às NFS-e emitidas somente poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo por meio eletrônico.

SEÇÃO VII DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Artigo 17º - Em eventual impedimento da emissão online da NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços (RPS).

§ 1º A geração e emissão do RPS serão realizadas em software próprio distribuído gratuitamente pelo município, que também será usado para efetuar a sua transmissão.

§ 2º O RPS deverá ser transmitido para a Secretaria de Finanças no prazo de 5 (cinco) dias, contados da prestação de serviços, para fins de conversão em NFS-e.

§ 3º O RPS emitido, para todos os fins de direito, perderá sua validade depois de transcorrido o prazo previsto no § 2º deste artigo.

§ 4º A não substituição do RPS pela NFS-e equiparar-se-á a não emissão de nota fiscal de serviço e a substituição fora do prazo equiparar-se-á a emissão de nota fiscal após decorrido o prazo regulamentar de utilização.

§ 5º A não substituição do RPS pela NFS-e, ou a sua substituição fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas, nos Artigos 411 e seguintes do Título VII da Lei Municipal nº 1.185/2006.

§ 6º O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, contendo todos os dados que permitam a sua substituição pela NFS-e, sendo a 1ª (primeira) via destinada ao tomador de serviços e a 2ª (segunda) via para o prestador de serviços.

§ 7º O RPS será numerado, obrigatoriamente, em ordem crescente sequencial a partir do número 1 (um), para cada estabelecimento prestador.

§ 8º O Fisco Municipal poderá autorizar a utilização dos seguintes modelos de documentos fiscais como RPS:

I - Nota Fiscal Conjugada (MISTA);

II - Nota Fiscal Série Única;

III - Nota Fiscal Série A;

IV - Nota Fiscal Série Cupom.

§ 9º Os documentos utilizados como RPS deverão ser armazenados para posterior fiscalização do Município.

Artigo 18º - O prestador de serviço, mediante solicitação do Regime Especial de Emissão de documentos em lote, poderá emitir o RPS a cada prestação de serviço, utilizando seu próprio sistema de gestão comercial, devendo, nesse caso, substituí-lo por NFS-e mediante a transmissão em lote dos RPS emitidos através de integração eletrônica dos sistemas.

Parágrafo único. Os lotes de RPS somente serão homologados e processados pelo Software, mediante assinatura com.

Artigo 19º - Após a solicitação para emissão de RPS por sistema de gestão comercial o mesmo deverá primeiramente passar pelo processo de homologação previsto neste Decreto.

§ 1º A emissão e a impressão do RPS nos termos deste artigo somente poderão ser realizadas após a autorização da Administração Tributária Municipal, sob forma de Regime Especial.

§ 2º O RPS emitido na forma deste artigo deverá ser transmitido para conversão em NFS-e, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da prestação de serviços.

§ 3º O contribuinte que emitir RPS nos termos deste artigo poderá reenviar o RPS já processado com a informação de seu cancelamento para o cancelamento da NFS-e correspondente.

§ 4º O procedimento previsto no § 3º deste artigo somente poderá ser realizado antes da entrega da declaração mensal de serviços.

§ 5º A não transmissão dos lotes de RPS no prazo estabelecido no § 2º deste artigo sujeitará o prestador de serviço à perda do Regime Especial.

§ 6º O disposto nos § 4º, § 5º e § 6º do art. 17 deste Decreto se aplica no que couber, também neste artigo. Os valores do ISSQN declarados na NFS-e constituem confissão de dívida, nos termos da Legislação Municipal Vigente.

SEÇÃO VIII DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA

Artigo 20º - Fica instituída no Município de Faxinal, a Carta de Correção eletrônica (CC-e);

Artigo 21º - O sujeito passivo poderá retificar erro ocorrido na emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por meio de Carta de Correção Eletrônica - CC-e, desde que o erro não esteja relacionado com:

§ 1º As variáveis que determinam o valor do imposto: base de cálculo, alíquota, valor das deduções, código de serviço, diferença de preço, quantidade e valor da prestação de serviços;

§ 2º A correção de dados cadastrais que implique em qualquer alteração do tomador do serviço;

§ 3º A indicação de não incidência, de isenção ou imunidade relativa ao ISSQN;

§ 4º A indicação do local de incidência do ISSQN;

§ 5º O número e a data de emissão da NFS-e.

Artigo 22º - Somente será permitida a emissão de uma única Carta de Correção Eletrônica - CC-e para cada NFS-e.

Artigo 23º - A Carta de Correção Eletrônica - CC-e será emitida pelo sistema de emissão da NFS-e.

Artigo 24º - A NFS-e deverá ser cancelada quando houver erro relacionado com os dados mencionados nos incisos do art. 21 devendo ser emitida uma nova NFS-e com os dados corrigidos.

SEÇÃO XI EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE NOTA FISCAL

Artigo 25º - O extravio ou a inutilização de notas fiscais devem ser comunicados, por escrito, à repartição fiscal competente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência.

§ 1º A comunicação deverá:

I - Mencionar as circunstâncias de fato;

II - Esclarecer se houve ou não registro policial;

III - Identificar as notas fiscais que foram extraviadas ou inutilizadas;

IV - Informar a existência de débito fiscal;

V - Dizer da possibilidade de reconstituição da escrita, que deverá ser efetuada no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados da data da ocorrência, sob pena de arbitramento por parte da Autoridade Fiscal;

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, segunda-feira, 16 de outubro de 2017

Ano VI Edição nº 163/2017

Pág. 3

ATOS DO PODER EXECUTIVO

VI - Publicar edital sobre o fato, em jornal oficial ou no de maior circulação do Município.
§ 2º A autorização de novas notas fiscais fica condicionada ao cumprimento das exigências estabelecidas.

Artigo 26º - O comunicado por escrito, do extravio feito pelo contribuinte ao fisco, não o isenta da imposição de multa e ou do arbitramento da base de cálculo pela fiscalização tributária e pelo extravio de documentos.

Capítulo III DAS DECLARAÇÕES FISCAIS

SEÇÃO I DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS TOMADOS

Artigo 27º - A declaração mensal de serviços tomados:

I - É de uso obrigatório para todas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, estabelecidas no município, na condição de tomadoras de serviços, inclusive:

- a) repartições públicas;
- b) autarquias;
- c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- d) empresas públicas;
- e) sociedades de economia mista;
- f) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;
- g) registros públicos, cartórios e notariais;
- h) cooperativas médicas;
- i) instituições financeiras.

II - Deverá conter:

- a) o valor mensal dos serviços tomados;
- b) a relação das notas fiscais recebidas, discriminado:
 1. o nome, ou a razão social, o endereço e, havendo, a inscrição cadastral mobiliária e o cadastro nacional de pessoas jurídicas, do prestador de serviço;
 2. o serviço tomado;
 3. o tipo, o número, a série, a data e o valor.
- c) a relação dos documentos gerenciais recebidos, discriminado:
 1. o nome, ou a razão social, o endereço e, havendo, a inscrição cadastral mobiliária e o cadastro nacional de pessoas jurídicas, do prestador de serviço;
 2. o serviço tomado;
 3. o tipo, o número, a série, a data e o valor;
 4. o valor anual dos serviços tomados;

SEÇÃO II RETENÇÃO DO ISSQN NA FONTE

Artigo 28º - O Tomador de serviços que for responsável tributário por substituição, deverá efetuar a retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, das pessoas físicas, jurídicas de direito privado ou público da administração direta ou indireta, as empresas industriais, comerciais, prestadoras de serviços e condomínios, inscritas ou não no Cadastro Mobiliário do Município.

Parágrafo único. A retenção deverá ser no ato do pagamento da prestação de serviços, se não o fizer, estará obrigado ao recolhimento integral do imposto, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte conforme dispõe o Código Tributário Municipal.

Artigo 29º - A alíquota para cálculo da retenção do imposto será aquelas previstas na Lei Municipal nº 1.185/2006.

Artigo 30º - Para contribuintes que estejam enquadrados no Regime de Tributação do Simples Nacional, as alíquotas serão aquelas dispostas pela Lei Complementar nº 123/2006 e resoluções do CGSN.

§ 1º A alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos da Lei Complementar nº 123/2006 para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação.

§ 2º Na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa, ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente a menor alíquota prevista nos Anexos da Lei Complementar nº 123/2006;

§ 3º Na hipótese do § 2º constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte, prestadora dos serviços, efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

§ 4º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os § 1º, § 2º no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos da Lei Complementar nº 123/2006;

§ 5º Não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

§ 6º O valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional;

§ 7º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional, por valores fixos mensais, não caberá a retenção do ISS.

Artigo 31º - A retenção deverá ser efetuada, independente de qualquer documento fornecido pelo prestador de serviço, tais como: Nota Fiscal, Recibo Simples, Extrato, Relatórios, Boleto Bancário e outros que se fizerem prova da prestação de serviços.

§ 1º Quando tratar-se de tomadores de serviços responsáveis tributários e estes efetuarem a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será emitido recibo quitando-os para os prestadores de serviços.

§ 2º Será emitido um recibo para cada documento fiscal retido e deverá ser assinado pelo responsável da empresa que reter o tributo, o recibo poderá ser emitido através do sistema eletrônico de declaração.

§ 3º A retenção do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), a que se refere o Art. 31, abrange todas as atividades enumeradas na Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e Lista de serviços do Código Tributário Municipal.

§ 4º Para prestadores de serviços de outros municípios, o tomador dos serviços, responsável tributário deverá observar as regras de exceções transcritas no art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003.

Artigo 32º - O tomador de serviços que não tiver movimentação econômica no período de apuração do imposto efetuará a entrega da declaração sem movimento.

Parágrafo único. A não entrega da declaração sem movimento acarretará na aplicação das penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Artigo 33º - A Declaração Mensal de Serviços relativa aos serviços tomados e ou retidos deverá ser realizada no módulo de declarações disponibilizado pelo município gratuitamente para as empresas no endereço eletrônico www.faxinal.pr.gov.br.

SEÇÃO III DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS PRESTADOS

Artigo 34º - A declaração Mensal de serviços prestado:

I - É de uso obrigatório para todos os prestadores de serviço, contribuintes ou não do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

II - Deverá conter:

- a) o valor mensal dos serviços prestados;
- b) a relação das notas fiscais emitidas;
- c) o valor mensal da receita tributável;
- d) a relação das notas fiscais emitidas para os serviços prestados e que compõem a receita tributável;
- e) o valor mensal do imposto devido, acompanhado pela respectiva alíquota aplicável;
- f) a relação das notas fiscais canceladas;
- g) a relação de notas fiscais extravaviadas;
- h) a data mensal de pagamento do imposto, com a referência, o registro e o nome do respectivo banco.

Artigo 35º - Para contribuintes obrigados a utilização da nota fiscal eletrônica de serviços não será necessário o lançamento das notas fiscais, mas somente a entrega da declaração.

Parágrafo único. A Declaração Mensal relativa aos serviços prestados deverá ser realizada no módulo de declarações no portal disponibilizado pelo município gratuitamente para as empresas do município.

SEÇÃO IV DECLARAÇÃO MENSAL DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Artigo 36º - A declaração mensal de instituição financeira:

I - É de uso obrigatório para os contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de pessoa jurídica, enquadrados nos subitens 15.01 a 15.18 da lista de serviços da Lei Complementar nº 116/2003, e que são instituições financeiras;

II - Deverá conter:

- a) o valor mensal dos serviços prestados;
- b) o valor mensal da receita tributável;
- c) o valor mensal do imposto devido, acompanhado pela respectiva alíquota aplicável;
- d) a relação detalhada em nível de conta e de subconta com os respectivos valores, dos seguintes serviços prestados:
 1. planejamento e assessoramento financeiro;
 2. análise técnica ou econômico-financeira de projetos;
 3. fiscalização de projetos econômico-financeiros, vinculados ou não a operações de crédito ou financiamento;
 4. fornecimento, emissão, reemissão, renovação, alteração, substituição e cancelamento de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade e de capacidade financeira;
 5. estudo, análise e avaliação de operações de crédito;
 6. concessão, fornecimento, emissão, reemissão, renovação, alteração, substituição, contratação e cancelamento de endosso, de aceite, de aval, de fiança, de subfiança e de garantia;
 7. auditoria e análise financeira;
 8. serviços relacionados a operações de crédito imobiliário: avaliação e vistoria de imóvel ou obra, bem como a análise técnica ou jurídica;

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, segunda-feira, 16 de outubro de 2017

Ano VI Edição nº 163/2017

Pág. 4

ATOS DO PODER EXECUTIVO

9. apreciação, estimação, orçamento e determinação do preço de certa coisa alienável, do valor do bem;

10. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimento e de aplicação e caderneta de poupança, bem como a contratação de operações ativas e a manutenção das referidas contas ativas e inativas;

11. Fornecimento, emissão, reemissão, alteração, substituição e cancelamento de avisos, de comprovantes e de documentos em geral;

12. Fornecimento, emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, renovação, cancelamento e registro de contrato de crédito;

13. Comunicação com outra agência ou com a administração geral;

14. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral: edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio, emissão de registro de exportação ou de crédito, fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, de exportação e de garantias recebidas, envio e recebimento de mensagens em geral inerentes a operações de câmbio;

15. Serviços relacionados a operações de crédito imobiliário: emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário;

16. resgate de títulos ou letras de responsabilidade de outras instituições;

17. Fornecimento inicial ou renovação de documentos de identificação de clientes da instituição, titulares ou não de direitos especiais, sob a forma de cartão de garantia, cartão de crédito, declarações e etc.

18. Inscrição, cancelamento, baixa ou substituição de mutuários ou de garantias, em operações de crédito ou financiamento;

19. Despachos, registros, baixas e procuratórios;

20. administração de fundos quaisquer, desde que diferentes de fundos mútuos, de consórcio, de cartão de crédito ou de débito, de carteiras de clientes, de cheques pré-datados, de seguro desemprego, de loterias, de crédito educativo, do PIS - Programa de Integração Social, do PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de planos de previdência privada, de planos de saúde e de quaisquer outros programas e planos;

21. agenciamento fiduciário ou depositário;

22. agenciamento de crédito e de financiamento;

23. captação indireta de recursos oriundos de incentivos fiscais;

24. Licenciamento eletrônico e transferência de veículos;

25. custódia e devolução de bens, de títulos e de valores mobiliários;

26. coleta e entrega de documentos, de bens e de valores;

27. Aluguel, arrendamento e cessão de direito de uso e de gozo de bens móveis, inclusive de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e de equipamentos em geral;

28. arrendamento mercantil ou "leasing", "leasing" financeiro, "leasing" operacional ou "senting" ou de locação de serviço e "leaseback", inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados com arrendamento mercantil ou "leasing", "leasing" financeiro, "leasing" operacional ou "senting" ou de locação de serviço e "lease back";

29. "leasing", "leasing" financeiro, "leasing" operacional ou "senting" ou de locação de serviço e o "lease back";

30. assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informação, administração de contas a receber ou a pagar e taxa de adesão de contrato, relacionados com a locação de bens móveis, o arrendamento mercantil, o "leasing", o "leasing" financeiro, o "leasing" operacional ou o "senting" ou de locação de serviço e o "lease back";

31. cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento ou outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento;

32. qualquer espécie de cobrança, efetuada por qualquer meio ou processo;

33. qualquer espécie de recebimento, efetuado por qualquer meio ou processo;

34. qualquer etapa de qualquer espécie de cobrança, efetuada por qualquer meio ou processo;

35. qualquer etapa de qualquer espécie de recebimento, efetuado por qualquer meio ou processo;

36. fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento;

37. elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extrato de contas; emissão de carnês;

38. bloqueio e desbloqueio de talão de cheques;

39. bloqueio e desbloqueio de cheques administrativos;

40. transferência de valores, de dados e de pagamentos;

41. emissão, compensação, cancelamento e oposição de cheques e de títulos quaisquer, inclusive serviços relacionados a depósitos, identificados ou não, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, mesmo em terminais eletrônicos e de atendimento;

42. emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento e de ordens créditos, por qualquer meio ou processo, inclusive de benefícios, de pensões, de folhas de pagamento, de títulos cambiais e de outros direitos;

43. fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão de crédito, de cartão de débito e de cartão salário;

44. fornecimento, reemissão e manutenção de cartão magnético;

45. acesso, movimentação e atendimento por qualquer meio ou processo, inclusive por terminais eletrônicos, por telefone, por "fac-símile", por "internet" e por "telex";

46. consulta por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, por "fac-símile", por "internet" e por "telex";

47. acesso, consulta, movimentação e atendimento através de outro banco ou de rede compartilhada;

48. pagamentos de qualquer espécie, por conta de terceiros, feitos no mesmo ou em outro estabelecimento, por qualquer meio ou processo;

49. elaboração e cancelamento de cadastro, renovação e manutenção de ficha cadastral;

50. inclusão e exclusão no cadastro de emitentes de cheques sem fundos ou em quaisquer outros bancos de dados cadastrais;

51. contratação, renovação, manutenção e cancelamento de aluguel de cofres;

52. emissão, reemissão, alteração, bloqueio, desbloqueio, cancelamento e consulta de segunda via de avisos de lançamentos de extrato de contas;

53. emissão e reemissão de carnês, de boleto, de duplicata, de ficha de compensação e de quaisquer outros documentos ou impressos, por qualquer meio ou processo.

Artigo 37º - O contribuinte deverá fornecer ao município o plano de contas interno vinculado ao plano de contas do Banco Central(COSIF).

Artigo 38º - O contribuinte deverá fornecer ao município balancete mensal de verificação no plano de contas COSIF para homologação do imposto, importando-os mensalmente no software disponibilizado pelo município.

Capítulo IV

DOS PRAZOS

Artigo 39º - A DMS-P deverá ser apresentada até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao mês de referência, a ser realizada no módulo de declarações no portal disponibilizado pelo município gratuitamente para as empresas do município.

Artigo 40º - A DMS-T deverá ser apresentada até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao mês de referência, a ser realizada no módulo de declarações no portal disponibilizado pelo município gratuitamente para as empresas do município.

Artigo 41º - A declaração mensal de serviços prestados por instituição financeira deverá ser apresentada até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao mês de referência, a ser realizada no módulo de declarações no portal disponibilizado pelo município gratuitamente para as empresas do município.

Capítulo V

DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Artigo 42º Com base na Lei Municipal nº 1.185/2006 o recolhimento do ISSQN decorrente dos fatos geradores configurados pela emissão de Nota Fiscal, deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da emissão.

Artigo 43º - O recolhimento do ISSQN decorrente dos fatos geradores retidos na fonte configurados pela responsabilidade tributária por substituição deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da retenção do imposto.

Artigo 44º - O recolhimento do ISSQN decorrente dos lançamentos por estimativa ou arbitramento deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao mês de competência.

Artigo 45º - O ISSQN devido será gerado no ato da entrega da declaração mensal de serviço.

Artigo 46º - A emissão da guia para pagamento do imposto previsto no artigo anterior será realizada, através de sistema disponibilizado pela Autoridade Fiscal no endereço eletrônico: www.Faxinal.pr.gov.br.

Capítulo VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 47º - O regime constitucional da imunidade isenção tributária e a isenção fiscal não dispensam o uso, a emissão e a escrituração de notas fiscais.

Parágrafo único. Quando a prestação de serviço estiver alcançada pelo regime constitucional da imunidade tributária e/ou isenção fiscal, essa circunstância, bem como os dispositivos legais pertinentes, deverá ser mencionada na nota fiscal.

Artigo 48º - A Administração Tributária Municipal, no interesse das políticas de tributação, arrecadação e fiscalização poderá conceder prêmios/incentivos em favor dos tomadores de serviços que solicitarem nota fiscal dos prestadores de serviços estabelecidos no Município.

Artigo 49º - O contribuinte que desenvolve atividades de prestação de serviços e de comércio deverá emitir em separado as respectivas Notas Fiscais.

Parágrafo único. No caso de nota fiscal mista, o contribuinte do ISSQN, a partir de seu ingresso no sistema de emissão de NFS-e, está desautorizado a sua emissão.

Artigo 50º - Os contribuintes obrigados ao uso da NFS-e que possuírem nota fiscal de serviços Série Única, autorizada e não utilizadas, deverão devolvê-las ao Fisco municipal, para fins de cancelamento para credenciamento e habilitação.

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, segunda-feira, 16 de outubro de 2017

Ano VI Edição nº 163/2017

Pág. 5

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Parágrafo único. A utilização de notas fiscais de serviços - Série Única sem prévia autorização do fisco municipal, após o início da obrigatoriedade da emissão de NFS-e sujeitará o prestador de serviços às penalidades nos Artigos 411 e seguintes do Título VII da Lei Municipal nº 1.185/2006.

Artigo 51º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, aos 09 de outubro de 2.017

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito municipal

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	EXECUÇÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO E REPAROS DO HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME CONVÊNIO Nº 074/2014 FIRMADO JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.	UND	1,00	665.889,07	665.889,07

Valor Total Homologado: R\$ 665.889,07

I TERMO ADITIVO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 1547/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017- AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL COLORIDO (PLAYGROUND) DESTINADO A PRAÇA MUNICIPAL DEALCIDES BAHL.

O MUNICÍPIO DE FAXINAL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, situada à Avenida Brasil, 694 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.771.295/0001-07, neste ato devidamente representando pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. YLSO ALVARO CANTAGALLO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 3.010.927-9e inscrito no CPF/MF sob o nº 453.674.859-87, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ARI ERICH GOHL - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 15.080.472/0001-79, com sede na Carlos de Carvalho, 3510 - Centro - CEP 85801-130, em Cascavel -PR., neste ato representada pelo Sr. **ARI ERICH GOHL**, portador da C/RG nº 3.413.436-7 da SSP/PR, e inscrito no CPF/MF nº 549.220.039-91, residente e domiciliado em Cascavel - PR, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam este **I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 1547/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2017**, nos termos que seguem:

OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL COLORIDO (PLAYGROUND) DESTINADO A PRAÇA MUNICIPAL DEALCIDES BAHL.**

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo **ADITAR** em aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) o valor descrito na cláusula terceira do contrato nº. 1465/2017 – Pregão Presencial 022/2017, conforme previsto no art. 65, I, b, c/c 65, § 1º, da Lei 8666/93.

“O contrato original **fica aditado** em aproximadamente 15% (quinze por cento), ou seja, R\$ 17.425,00 (dezenove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), o valor que era de **R\$ 119.000,00** (cento e dezenove mil reais), passa a ser de **R\$ 136.425,00** (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e cinco reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do **DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017**.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com duas testemunhas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Faxinal, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete (05/10/2017).

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1. _____ RG. _____
2. _____ RG. _____

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

YLSO ALVARO CANTAGALLO, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que foi HOMOLOGADA, a adjudicação do Edital de **Tomada de Preços Nº 8/2017**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO E REPAROS DO HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME CONVÊNIO Nº 074/2014 FIRMADO JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**, em favor da seguinte empresa:

Fornecedor: INCUBO ENGENHARIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.870.811/0001-05
Endereço: JOÃO TASCHANNERL, 447, Vista Alegre, Curitiba, PR, CEP: 80820-010

- O valor global proposto para o fornecimento dos itens é de **R\$ 665.889,07 (seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sete centavos)**;
- As condições de execução, pagamento e garantia serão conforme o Edital.

Faxinal, 16 de outubro de 2017.

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal

V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 867/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2013 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AS INSTALAÇÕES DO BATALHÃO DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE FAXINAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FAXINAL E ADRIANO CASAGRANDE.

O MUNICÍPIO DE FAXINAL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, situada à Avenida Brasil, 694 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.771.295/0001-07, neste ato devidamente representando pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. YLSO ALVARO CANTAGALLO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 3.010.927-9e inscrito no CPF/MF sob o nº 453.674.859-87, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **ADRIANO CASAGRANDE**, brasileiro, portador do CPF sob o nº 729.646.269-87 e RG nº 4.261.140-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Iany de Oliveira Munhoz, 1309, Centro, na cidade de Faxinal, Estado do Paraná, doravante **CONTRATADO**, firmam este **IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 867/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2013**, nos termos que seguem:

OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AS INSTALAÇÕES DO BATALHÃO DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE FAXINAL.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:

Prorroga-se o prazo de vigência constante na quarta cláusula do contrato original, que encerraria aos dois dias do mês de setembro de dois mil e dezessete (02/09/2016) por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias passando a encerrar-se aos dois dias do mês de setembro de dois mil e dezoito (02/09/2018).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas **DO CONTRATO Nº 867/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2013**.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com duas testemunhas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Faxinal, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (02/09/2016).

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal

ADRIANO CASAGRANDE

Locador

TESTEMUNHAS:

1. _____ RG. _____
2. _____ RG. _____

I TERMO ADITIVO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 1540/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, segunda-feira, 16 de outubro de 2017

Ano VI Edição nº 163/2017

Pág. 6

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DESTINADO A DIVERSOS DEPARTAMENTOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL.

O MUNICÍPIO DE FAXINAL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, situada à Avenida Brasil, 694 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.771.295/0001-07, neste ato devidamente representando pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. YLSON ÁLVARO CANTAGALLO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 3.010.927-9e inscrito no CPF/MF sob o nº 453.674.859-87, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CAMPOS & CIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.915.514/0001-00, com sede na AVENIDA TANCREDO NEVES, 224, CEP 86900000, CENTRO, em Jandaia do Sul -PR., neste ato representada pelo Sr. **FERNANDO CALDINE DE CAMPOS**, portador da CI/RG nº 6.853.930-7 da SSP/PR, e inscrito no CPF/MF nº 005.990.719-31, residente e domiciliado em Jandaia do Sul -PR, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam este **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1435/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO A DIVERSOS DEPARTAMENTOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL**, nos termos que seguem:

OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a - **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO A DIVERSOS DEPARTAMENTOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL.**

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo **ADITAR** em aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) o valor descrito na cláusula terceira do contrato nº. 1540/2017 – Pregão Presencial 64/2017, conforme previsto no art. 65, I, b', c/c § 65, § 1º, da Lei 8666/93.

"O contrato original **fica aditado** em aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento), ou seja, R\$ 8.791,95 (Oito mil, setecentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos), o valor que era de 38.990,00 (trinta e oito mil, novecentos e noventa reais), passa a ser de R\$ 47.781,95 (quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa e cinco centavos) conforme tabela abaixo

Item	Descrição	Unidade	Quant.A ditada	Valor Unit.	Valor Total
1	Arquivo morto nova onda 290x175x380mm	UND	125	R\$ 3,78	R\$ 472,50
2	calculadora de mesa (bat /solar/12 dig.) CX 1 unidade	UND	4	R\$ 10,76	R\$ 43,04
3	Caneta esferográfica 1.0mm cristal AZUL , corpo hexagonal , ponta média de 1 mm, largura da linha 0,4mm, Tampa e plug da mesma cor da tinta. Tampa ventilada em conformidade padrão ISSO, Bola de tungstênio.	UND	250	R\$ 0,44	R\$ 110,00
4	Caneta Marca Texto , ponta chanfrada , tinta fluorescente brilhante à base de água	UND	62	R\$ 0,44	R\$ 27,28
5	caneta esferográfica 1.0mm cristal PRETA , corpo hexagonal , ponta média de 1mm , largura da linha 0,4mm , Tampa e plug da mesma cor da tinta . Tampa ventilada em conformidade com padrão ISSO , bola de Tungstênio.	caixa	125	R\$ 0,44	R\$ 55,00
6	Clips Metálico 2/0 arame galvanizado c/ 100und	cx	7	R\$ 2,95	R\$ 20,65
7	Clips Metálico 3/0 arame galvanizado c/ 50 und	CX	12	R\$ 2,95	R\$ 35,40
8	Clips metálicos 6/0 arame galvanizado c/ 500 gramas	cx	7	R\$ 7,45	R\$ 52,15
10	Cola Branca 35g lavável base de água e PVA	UND	12	R\$ 1,66	R\$ 19,92
11	Cola em bastão 20g	UND	12	R\$ 2,48	R\$ 29,76
12	Elástico Látex nº 18 500gr	Pacote	2	R\$ 11,76	R\$ 23,52
13	Etiqueta Adesiva Branca 6085 - Carta 279x4x215,9 com 10	Pacote	6	R\$ 9,28	R\$ 55,68

	und				
14	Fita Crepe 18mmx10m	UND	1	R\$ 1,96	R\$ 1,96
15	Fita Adesiva DureX Transparente - 12 mm x 30m	UND	6	R\$ 0,46	R\$ 2,76
16	FITA ADESIVA 45m X 45mm	UND	12	R\$ 3,11	R\$ 37,32
17	Grampeador de mesa médio 26/6 30 fL dimensões 20,1 x 9,5 cm	UND	4	R\$ 16,89	R\$ 67,56
18	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/6, COM 5000 UNIDADES	UND	5	R\$ 10,60	R\$ 53,00
19	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 26/13 C/ 5.000, COBREADO	cx	7	R\$ 3,22	R\$ 22,54
20	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, COM 5000 UNIDADES	cx	8	R\$ 3,22	R\$ 25,76
21	LAPIS PRETO Nº 02 redondo 1205 M/14	UND	37	R\$ 0,16	R\$ 5,92
22	Papel Sullite A4 75g alcalino 210 x 297 resmas Caixa com 10 Resmas , 500 folhas por resmas.	caixa	25	R\$ 102,12	R\$ 2.553,00
23	Pasta Suspensa marmorizada plastificada haste metal 4 pontes plásticas fncadas com ilhós .	UND	300	R\$ 1,04	R\$ 312,00
24	Pranchetas de Madeira A4 branca c/ prend. metálico .	UND	1	R\$ 2,44	R\$ 2,44
25	Régua em poliestireno 30cm cristal com escala de precisão .	UND	7	R\$ 0,92	R\$ 6,44
26	Tesoura uso geral 21 cm 160/8 N	UND	4	R\$ 3,93	R\$ 15,72
27	Cartucho toner p/ HP laserjet preto Q2612AB para impressora HP 1020	UND	25	R\$ 23,72	R\$ 593,00
28	Cartucho toner p/ HP laserjet preto 5949/7553-A para impressora HP 1160	UND	3	R\$ 28,77	R\$ 86,31
29	Cartucho toner p/ HP laserjet preto 83 A CF 283 AB para impressora HP M 127 e HP P 1006	UND	9	R\$ 26,38	R\$ 237,42
30	Cartucho toner p/ HP laserjet preto 85 A CE 285 AB para impresora HP M 1132	UND	5	R\$ 26,38	R\$ 131,90
31	Cartucho toner p/ HP preto 80 A CF 280 AB HP para impressora HP Pro 400 MFP	UND	6	R\$ 27,95	R\$ 167,70
32	Espiral encadernação 7mm plástico preto cap. 25 fls Pacote com 50 Und	Pacote	1	R\$ 6,99	R\$ 6,99
33	Espiral Encadernação 9mm plástico transparente cap. 50 fls Pacote com 50und	Pacote	1	R\$ 7,48	R\$ 7,48
38	Capa p/ encadernação PP 0,30 A4 transparente Pacote com 50 und	Pacote	4	R\$ 21,25	R\$ 85,00
39	Capa p/ encadernação PP 0,30 A4 Preta Pacote com 50 und	Pacote	4	R\$ 21,25	R\$ 85,00
40	Registrador a/z c/ rótulo ofício Case azul PT 1 UM	UND	25	R\$ 7,65	R\$ 191,25
41	Pasta plástica com elástico 380x 276 x 40 mm azul	UND	50	R\$ 2,32	R\$ 116,00
42	Caixa organizadora plástica preta 4386 Alça Plástica Medidas : 46 x 32 23 mm	UND	3	R\$ 20,72	R\$ 62,16
43	PEN DRIVE 8 GB	UND	3	R\$ 16,89	R\$ 50,67
44	Cartucho toner p/ HP preto 78A CE278AB HP para impressora HP	UND	6	R\$ 24,15	R\$ 144,90

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

		De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012	
Faxinal-Pr, segunda-feira, 16 de outubro de 2017		Ano VI Edição nº 163/2017	Pág. 7
ATOS DO PODER EXECUTIVO			

45	1536 NOTA DE PRODUTOR RURAL - em formulário contínuo com 4 vias, carbonadas em papel copiativo, caixa com 500 jogos	CX	7	R\$ 188,28	R\$ 1.317,96
46	Fita Nylon p/ impressora matricial FX - S015329 Epson	UND	1	R\$ 12,05	R\$ 12,05
50	Estilete largo plástico emborrachado Lâmina 18 mm , Trava automática	UND	1	R\$ 1,52	R\$ 1,52
51	Corretivo a base de água 18ml	UND	6	R\$ 1,09	R\$ 6,54
52	Livro Ata s/ margem preto 100fls spiral Capa Dura	UND	5	R\$ 7,24	R\$ 36,20
54	Bloco autoadesivo 76 x 76 amarelo c/ 100fls Stick Note PT 4 UND	Pacote	1	R\$ 2,98	R\$ 2,98
55	Marcador de página 42 x 12 c/ 8 cores transp. c/ adesivo Stick Note BT 200 UM	Pacote	2	R\$ 7,45	R\$ 14,90
56	APONTADOR SIMPLES	UND	5	R\$ 0,50	R\$ 2,50
58	Grampeador de mesa grande 23/8-13 até 240 fls	UND	1	R\$ 62,44	R\$ 62,44
59	LAPISEIRA 0,7 mm técnica TecnoCis +1 mina de grafite	UND	1	R\$ 3,12	R\$ 3,12
60	Extrator grampo central espátula galvanizado	UND	6	R\$ 0,99	R\$ 5,94
64	Agenda Diária 352 páginas Formato 14,5 cm x 20,5 cm Capa Dura	UND	5	R\$ 14,28	R\$ 71,40
65	Índice telefônico comercial Capa Dura 24,5 x 15	UND	1	R\$ 9,66	R\$ 9,66
66	Caneta Esferográfica 1.0 mm cristal vermelha , Corpo hexagonal, Ponta hexagonal , Ponta média 1 mm , largura da linha 0,4 mm, Tampa e plug da mesma cor da tinta. Tampa ventilada em conformidade com padrão ISSO , Bola de tungstênio .	UND	50	R\$ 0,46	R\$ 23,00
67	Pasta Sanfonada Kraft duplicata 1-31 /AZ 31 bolsas em Kraft	UND	1	R\$ 24,42	R\$ 24,42
72	Borracha branca escolar CX 10 UN	cx	1	R\$ 3,15	R\$ 3,15
73	Saco plástico PE ofício 4 furos 0,15 mm PT 50 UND	Pacote	1	R\$ 7,96	R\$ 7,96
75	Cartucho HP 662 preto CZ103AB HP CX 1 UND P/ impressora HP 1516	UND	2	R\$ 38,48	R\$ 76,96
76	Cartucho HP 662 Colorido CZ103AB HP CX 1 UND P/ impressora HP 1516	UND	5	R\$ 40,90	R\$ 204,50
77	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO PACOTE C/ 50 UNID	caixa	2	R\$ 8,47	R\$ 16,94
78	Kit Cartucho toner P/ HP preto , magenta , amarelo e ciano 130A CF351AB HP CX 4 UM P/ impressora HP M176n	kit	2	R\$ 159,96	R\$ 319,92
79	Pasta Plástica A4 polip. 0,18 transp. c/ canaleta PT 5 UND	Pacote	2	R\$ 3,10	R\$ 6,20
80	CD-r gravável (80min / 700mb) 52 X envelope 1 UND	UND	5	R\$ 0,76	R\$ 3,80
81	DVD- r gravável 4.7 gb 120min 16 x envelope 1 UND	UND	5	R\$ 0,92	R\$ 4,60
82	HD externo 1 tb usb	UND	1	R\$ 183,68	R\$

83	portátil Porta USB 3.0 Cartucho toner p/ HP laserjet preto CB436AB HP para impressora M1120	UND	3	R\$ 26,50	183,68
84	Cartucho HP 932 preto CN057AL HP CX 1 und para impressora HP Officejet 7610	UND	2	R\$ 67,71	R\$ 79,50
88	Espiral Encadernação 60mm plástico preto pacote com 6 unidades	UND	5	R\$ 15,78	R\$ 135,42
89	Pastas transparentes sem elástico.	UND	25	R\$ 1,31	R\$ 78,90
90	Grampo do tipo Romeu e Julieta caixa com 50 unidades.	caixa	2	R\$ 6,24	R\$ 32,75
91	Livro de ponto 160 folhas 153 mm x 216 mm.	UND	2	R\$ 6,73	R\$ 12,48
	TOTAL				R\$ 8.791,95

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do **DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017**.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com duas testemunhas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Faxinal, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito (04/09/2017).

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1. _____ RG. _____
2. _____ RG. _____

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº. 111/2017
Processo Administrativo de Compra nº 141/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, CONVÊNIO APSUS, conforme quantidades estimadas e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente edital.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às **08:30** horas do dia **31 de outubro de 2017**.

Informações Complementares e o Edital Completo poderão ser adquiridas na Avenida Brasil, 694 – Centro – Fone (43) 3461-1332 – Departamento de Compras e Licitações, ou através do site www.faxinal.pr.gov.br.

Prefeitura Municipal de Faxinal-PR, 16 de outubro de 2017.

YLSO ALVARO CANTAGALLO
Prefeito Municipal



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificadas credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.faxinal.pr.gov.br